

Futebol e Masculinidade: um Espaço Pedagógico para Ações Afirmativas

Soccer and Manliness: a Pedagogic Space for Affirmative Actions

Antônio Carlos Vaz

RESUMO

O futebol, atividade extremamente valorizada na cultura esportiva brasileira, é indiscutivelmente reconhecido como um esporte masculino. E é justamente por esta identificação que se pode considerar o futebol como um importante conteúdo para o desenvolvimento da co-educação nas aulas de Educação Física. No processo de ensino do futebol é possível introduzir o conceito de ações afirmativas, buscando uma relação democrática entre os gêneros feminino e masculino, transformando, assim, o jogo de futebol e a perspectiva política de meninas e meninos.

Palavras Chaves: Futebol; mulher; co-educação, ações afirmativas.

ABSTRACT

The soccer, activity extremely valued in the Brazilian sporting culture, it is recognized as a masculine sport. And it is exactly for this identification that he/she/it can consider the soccer as an important content for the development of the co-education in the classes of Physical Education. In the process of teaching of the soccer it is possible to introduce the concept of affirmative actions, looking for a democratic relationship among the feminine and masculine goods, transforming, like this, the soccer game and the girls' political perspective and boys.

Keys Words: Soccer; woman; co-education, affirmative actions.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade provocar os professores, homens, em especial, e as professoras de uma maneira geral — visto que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero continuamente alimentada, também, por mulheres (SAFFIOTI, 1995) — a refletirem sobre as possibilidades de aprendizagem social que estão postas nas aulas de educação física, especialmente quando o conteúdo da aula é o esporte.

Tradicionalmente, a Educação Física tem servido muito mais às relações de poder estabelecidas do que a tentativas de subversão destas estruturas, embora seja um ambiente extremamente fértil para isso.

EDUCAÇÃO FÍSICA E APRENDIZAGEM SOCIAL

A Educação Física é uma disciplina com alto potencial de ação social, principalmente por oferecer atividades, primordialmente, de caráter coletivo — ao contrário das outras — a grupos que, freqüentemente, são heterogêneos, como grupos de meninas e meninos, grupos pertencentes a diferentes tribos urbanas, grupos com níveis distintos de habilidade motora, grupos em diferentes estágios de desenvolvimento físico, o que gera, por isso, situações de conflitos variados que podem ser co-administrados pelo(a) professor(a) e pelos(as) alunos(as). Neste caso, é conduzir o processo educacional tomando como pressuposto a eterna instabilidade sobre a qual repousam as relações sociais, incluindo aí as relações de poder, em um ambiente aberto e democrático, o que faz dela um laboratório de práticas sociais.

Nas aulas de Educação Física, com o conteúdo centrado no esporte, vêm à tona, com facilidade, as divergências, as rivalidades, a desobediência, a transgressão às regras, o desrespeito a todos e a tudo — desde que se vença —, o que deverá ser utilizado como mote para oportunas discussões entre o(a) professor(a) e o conjunto dos alunos(as) e, partindo daí, ser capaz de construir novas relações sociais, baseadas em outros valores que não o do *vale tudo*.

As disputas, os conflitos, presentes nas aulas de Educação Física, são explícitas, transparecem claramente seus objetivos imediatos — diferentemente do que ocorre na sociedade onde o conflito é dissimulado, oculto. Isto facilita a identificação dos interesses dos diferentes grupos e propicia, a partir deste dado, elementos para a construção de novas relações sociais, procurando costurar acordos sociais que permitam tecer novas relações, agora baseadas em pressupostos humanísticos e democráticos, que considere a imprescindibilidade da convivência democrática com os setores minoritários dos agrupamentos sociais. Ou seja, é preciso que se alerte para a importância do respeito aos setores minoritários, demonstrando os perigos que representa uma ditadura imposta pela maioria.

FUTEBOL, DOMINAÇÃO MASCULINA E DISCRIMINAÇÃO

O futebol é uma manifestação da cultura brasileira muito mais arraigada entre a população masculina do que entre a feminina, embora sempre tenha havido, em nossa história, manifestações femininas, ou feministas de enfrentamento dos preconceitos que as limitam de participar de atividades públicas. Dentre elas as de caráter esportivo.

A participação feminina nos esportes, naquela época, não era novidade, pois desde o século XIX já era possível apreciá-las em competições esportivas, como no remo, no ciclismo e no turfe. No início do século XX, outras modalidades foram sendo apropriadas pelas mulheres, tais como natação, saltos ornamentais, esgrima, tênis, atletismo, voleibol, basquetebol, ginástica e arco e flecha. O futebol, embora reconhecido como uma prática também feminina, pelo Conselho Nacional de Desportos, apenas na década de 80, do século XX, foi objeto de resistência das mulheres quanto a sua impossibilidade, imposta por uma sociedade machista, de praticar o futebol (GOELLNER, 2000).

O estudo das práticas esportivas das mulheres não nega este movimento de resistência. A Deliberação CND nº 7/65 dizia que: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball”. Esta situação só foi alterada em 1979 em função de um fato curioso:

Segundo a Matéria “Mulheres competem neste Esporte só há 8 anos” (Folha de São Paulo, caderno de Esportes, 21/9/1987, p. A-17), “...foi uma atitude insólita e ousada do carioca Joaquim Mamed, então Diretor da Confederação Brasileira de Judô, CBJ, que provocou a liberação...” Segundo a reportagem, “...Mamed trocou os nomes de quatro meninas, relacionando-as como homens na comunicação que fez ao CND, para assegurar passagens à delegação que disputaria um campeonato sul-americano na Argentina, em 1979. Sua trama foi descoberta depois, mas ele saiu-se vitorioso. ‘quando retornei ao Brasil (...) já havia uma intimação para que comparecesse no CND. Fui lá com as meninas, todas de quimono (...) e de medalhas no peito. Houve discussão, mas o CND acabou aprovando a entrada da mulher no Judô” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 62-63)

Em 1940, Hollanda Loyola publicou um artigo na *Revista Educação Physica* com o título “Pode a mulher praticar o futebol?”:

“Mais uma conquista de Eva... o futebol. Há cerca de uns três meses um grupo de moças dos mais conceituados clubes esportivos dos subúrbios da nossa Capital iniciou a prática do futebol feminino entre nós. Organizaram quadros e, de acordo com as regras oficiais do Football Association, tem as nossas patrícias disputado várias partidas entre vários clubes. Tal acontecimento, pelo sabor da novidade, provocou sensação e a imprensa esportiva explorou-a habilmente através de um noticiário minucioso e de propaganda intensa, aumentando o entusiasmo do público e o élan das jogadoras. E as partidas repetiram-se animadas e concorridas, violentas e movimentadas, com todas as características do jogo masculino, sem mesmo lhes faltar esse complemento que parece imprescindível no famoso esporte bretão — as agressões e os socos... As nossas patrícias — belas e gentis — foram completas na exibição de seu futebol, igualaram a popularidade e o prestígio dos Faustos e dos Leônidas. A

propósito dêsse sensacional acontecimento esportivo inúmeros tem sido as consultas a nós endereçadas sobre esse tema: Pode a mulher praticar o futebol?” (GOELLNER, 2000, p. 79-80).

É interessante notar como uma mulher, que questiona a condição de discriminada representando um avanço social, ao menos no plano ideológico, aceita o modelo masculino como o único possível. Entende, inclusive, que as próprias mulheres devem se submeter à jogadas violentas, aos socos, como se isso fosse inerente ao futebol, como se mesmo não fosse uma construção histórica e, portanto, social.

Claro que não se pode esquecer as origens do futebol nas escolas inglesas, que viam neste esporte a possibilidade de desenvolverem em seus alunos as características esperadas nos homens daquela sociedade. Todavia, pensar que isso é fixo, imutável, é não perceber que a sociedade pode e deve mudar para melhor, ser reconstruída sob bases humanísticas e democráticas.

A ligação entre futebol e masculinidade não é difícil de ser compreendida na medida em que “criado, modificado, praticado, comentado e dirigido por homens, o futebol parece pertencer ao gênero masculino, como parece também de seu domínio o julgamento de quem pode/deve praticá-lo ou não. É quase como se à mulher coubesse a necessidade de autorização masculina para tal” (GOELLNER, 2000, p. 81).

Este processo pode ser facilmente observado nas ruas e espaços públicos para a prática do futebol, onde dificilmente se encontram meninas jogando livremente com meninos.

A resistência à participação das meninas nos jogos de futebol tem diminuído sensivelmente, entretanto, as que se propõem a jogar e são aceitas pelos grupos de meninos, só o são porque aceitam praticar o futebol tal como ele é percebido pelos meninos. Ou seja, um jogo para homens, onde não se pode chorar, deve-se jogar duro, de forma viril, portanto, o uso indiscriminado da força, tanto para chutar a bola como tomá-la do adversário ou, mesmo, impedi-lo de avançar, é legitimado por todos os participantes, inclusive as meninas que se aventuram.

Dizer que um jogo é identificado com a categoria de gênero dominante, no caso a masculina, é o mesmo que dizer que a “essência” desta categoria social deve estar necessariamente presente nesta prática social. Portanto, todas as qualidades sociais atribuídas aos homens, como coragem, virilidade, agressividade, competitividade, entre outras, devem, mais do que ser toleradas, ser estimuladas no jogo de futebol, que afinal é coisa para homem.

Os homens são ensinados a competir permanentemente: por um emprego, por um salário melhor, pela promoção na carreira, até pelas atenções de uma mulher. A competição constitui, pois, o traço fundamental da personalidade masculina destinada a desempenhar o

papel do *macho*. Não se pode esquecer a agressividade como componente básico da personalidade competitiva. Ademais, a agressividade também integra, necessariamente, o modelo de *macho*. Dito de outra maneira, cabe a ele tomar iniciativas, assumir sempre uma posição ofensiva. Cabe-lhe, ainda, ser intransigente, duro, firme (SAFFIOTI, 1987, p. 36).

Todo preconceito cria as condições necessárias para sua reprodução, ou seja, é auto-realizável. Na medida em que a observação fenomênica da realidade, não apreende a dinâmica social interna que lhe é determinante, fixando-se apenas na aparência dos processos sociais, não permite que se desenvolvam processos internos ao indivíduo que possam alterar este estado de coisas. E em não se mudando o estado de coisas, as condições concretas de existência continuarão as mesmas, portanto, tenderá a repetir as manifestações fenomênicas, continuando, assim, a gerar um comportamento preconceituoso.

As mulheres têm conseguido significativos avanços em suas relações de gênero, impingindo seguidos golpes ao patriarcado e nas relações que se desdobram a partir dele (CASTELLS, 1999). Os movimentos de emancipação da mulher também têm contribuído para a superação da resistência dos homens, e de parte das mulheres, em as verem em um campo de futebol. O futebol que sempre representou um espelho do mundo masculino começa a esboçar uma nova configuração.

O futebol tem despertado um interesse cada vez maior por parte das mulheres, e, em um primeiro momento, este interesse parece ser restrito, de uma certa maneira, à cultura do futebol, à apreciação desse esporte, e muitas vezes à apreciação física dos jogadores. Mas isso não corresponde à realidade, o interesse das meninas pelo futebol vai além da contemplação, e nosso trabalho cotidiano mostra que elas desejam também praticá-lo.

Esta prática, quando baseada apenas na igualdade de oportunidades, significa enfrentar os meninos em um universo cultural em que o uso da força, e mesmo da violência, é considerado como parte integrante do jogo. A igualdade de oportunidades, portanto, reproduz toda sorte de desigualdade, impedindo, assim, uma igualdade efetiva entre todos.

Por isso, no âmbito educacional, as ações afirmativas devem funcionar como ponto de partida para uma intervenção didático-pedagógica na busca pela igualdade de condições, haja vista que a desigualdade nas relações sociais impõe limites à realização histórica de certos segmentos ou categorias sociais¹. Este, parece, ser um passo decisivo na construção de novas relações sociais, baseadas na igualdade de condições e não na aparente igualdade de oportunidades.

¹ Por categorias sociais pede-se entender conjuntos sociais com efeitos pertinentes que podem tornar-se forças sociais, cuja característica que a distingue das frações de classe, ou ainda das camadas de classe, é sua relação com outras estruturas além das econômicas. Ou seja, na estrutura política e ideológica (POULANTZAS, 1971).

ACÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas têm como, principal, papel ser o instrumento de superação de práticas discriminatórias, criando novas condições que sejam capazes de garantir a igualdade permanente, no nosso caso, entre homens e mulheres (OLGIATI, 2000).

Toda ação afirmativa é datada, pois a manutenção das práticas discriminatórias é o contraponto que a faz necessária, uma vez superada a prática discriminatória as ações afirmativas se tornam letra morta.

As ações afirmativas são as políticas implementadas com a finalidade de corrigir as discriminações. Estas, como práticas sociais cristalizadas são frutos de um estágio de consciência que se manifesta incapaz de perceber a distinção entre a diferença e a desigualdade, tomando a primeira por uma imperfeição do outro. A reversão deste processo requer investimento que leve o indivíduo a refletir com honestidade sobre estas práticas sociais, imprimindo uma árdua luta contra as ideologias dominantes que procuram naturalizar as desigualdades ou os processos que as geram.

Para a eficácia de uma política de ação afirmativa, é necessário dissecar as relações discriminatórias, sem hipocrisia, torná-las evidentes a todos, pois a tomada de consciência é ponto número para a remoção das causas que sustentam as relações discriminatórias (OLGIATI, 2000).

É preciso, portanto, que se estabeleçam estratégias que, desde logo, ataquem sem esmorecimento a cultura da desigualdade, em uma palavra, a ideologia. É preciso garantir a participação das mulheres, principalmente, na elaboração das estratégias que visam o desenvolvimento das referidas ações. Intervenções unilaterais tendem a não potencializar o movimento, ou seja, o paternalismo impede o desenvolvimento de forças motrizes internas para o movimento social, o que significa dizer, que ficam permanentemente a mercê de novas investidas paternalistas e, portanto, imobilizados.

As políticas de caráter afirmativo podem ainda apresentar uma característica transversal. Ou seja, elas podem atender, a uma só vez, o segmento ou categoria social diretamente almejado na ação bem como outros segmentos menos expressivos, quase invisíveis, que acabam se beneficiando das médias.

As categorias sociais, como homens, mulheres, pobres, ricos, brancos, negros, heterossexuais, homossexuais, não são homogêneas. Há um eixo de poder que perpassa por todas essas relações de oposição, e que ao se entrecruzarem criam em cada grupo de indivíduos uma estruturação distinta. Em cada uma das relações de oposição uma é

dominante, e acontece de um indivíduo homem, e, por isso, dominante, ser pobre, ou negro, o que torna dominante em certas situações e dominado em outras.

Uma atividade social quando marcada predominantemente por uma das categorias sociais, ou seja, quando é identificada plenamente pela sociedade como um todo, como é o caso do futebol, como uma atividade masculina, ela pode ocultar outras relações de poder que perpassam a identidade de gênero, mas que não é captada imediatamente.

Alguns segmentos ou categorias sociais que, devido a sua situação e posição no modo de funcionamento da organização social, vivem precariamente o seu cotidiano, e não se consolidou como categoria social visível — o que significa dizer que pouca gente percebe as práticas discriminatórias que recaem sobre este grupo social —, pode correr o risco de viver na sombra de uma categoria social dominante.

No caso da prática esportiva, especialmente do futebol, não são apenas as mulheres as discriminadas, mas qualquer um, mulheres e homens, que não desempenhem satisfatoriamente o jogo tal como o esperado pela lógica dominante, que é predominantemente masculinizada no Brasil. O que quer dizer que as mulheres que apresentam uma performance razoável para os padrões masculinos, não serão discriminadas, ao contrário, serão recebidas e enaltecidas pela sua participação. Ao mesmo tempo, homens que não apresentam este desempenho também serão vítimas de práticas discriminatórias. Muitas vezes estas discriminações os levam ao abandono das aulas de Educação Física ou ao envolvimento com outras modalidades esportivas como o voleibol, a natação, entre outras, ou mesmo a uma outra manifestação da cultura corporal como a dança, as lutas ou, ainda, as artes cênicas.

No que se refere à cultura esportiva, é evidente a desvantagem a que a mulher é submetida. No que diz respeito à prática esportiva em si, ou ao mero acompanhamento do esporte de alto rendimento por intermédio dos meios de comunicação, elas não são estimuladas nem pelos pais e, tampouco, pelas escolas infantis — que com frequência oferecem à suas alunas aulas complementares de balé, enquanto que para os meninos oferecem aulas de lutas marciais ou capoeira. Reforçando, assim, os estereótipos de feminilidade e masculinidade.

No que se refere ao envolvimento ou inculcação dos valores esportivos, as mulheres não são submetidas ao mesmo processo de socialização que os homens, ou seja, a grande maioria das mulheres não era ou não é estimulada a se interessar por futebol.

À mulher impõe-se a necessidade de inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois deve ser dócil, cordata, passiva. Caso ela seja o tipo *mulher despachada*, deve disfarçar esta qualidade, porquanto esta característica só é considerada positiva quando presente no homem. *Mulher despachada* corre o risco de ser tomada como *mulher-macho*.

Estes modelos – mulher passiva e homem ativo – são chamados esteriótipos, isto é, uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada um (SAFFIOTI, 1987, p. 37).

Até a algum tempo atrás, as meninas que se misturavam aos meninos para jogar futebol enfrentavam dois tipos de adversários: o primeiro é o processo de discriminação sexual, eram vistas como lésbicas, o que certamente trazia sérias implicações psicológicas a adolescentes ainda em fase de desenvolvimento das identidades sociais; e a segunda é o próprio jogo como é praticado, por terem que se submeter à lógica de um jogo historicamente masculinizado, portanto, violento, vigoroso e agressivo.

Mas as meninas estão invadindo os campos e, em especial, as quadras de futsal, todavia, de uma maneira geral, deixadas a sós com os meninos, elas são submetidas a relações sociais na condição de dominadas, e têm grandes dificuldades em contribuir com a transformação no jogo e no futebol, ou seja, empreender uma ação contra-hegemônica, que tornaria o futebol menos masculino, mais feminino e, portanto, mais democrático.

O futebol, baluarte da expressão do macho, por razões mercadológicas² e por avanços progressivos dos movimentos de mulheres (e de meninas), começa a dar sinais de esgotamento deste modelo. Hoje se vê mulheres, tanto na TV como no rádio e na imprensa escrita, que escrevem e falam sobre futebol, debatem assuntos específicos da modalidade com grande desenvoltura. Mas ainda não se nota a tentativa de construir uma nova cultura para o futebol, a partir de um olhar feminino, há sim uma adaptação delas ao mundo esportivo, ou futebolístico hegemônico.

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

A intervenção pedagógica, quando fundada numa perspectiva humanística e democrática, possui características de uma ação afirmativa. É preciso que se intervenha no grupamento social a fim de se garantir as mudanças sociais necessárias. Deixar que as relações sociais se estabeleçam por conta própria é reproduzir toda sorte de discriminação e poder.

Numa aula, os alunos e alunas devem ser estimulados a tomarem posição sobre os desdobramentos da aula, do curso, ou de tudo que diga respeito a eles. Devem ser estimulados

² A estrutura político-econômica do futebol que, assim como em todos os espaços sociais, vai se adequando e se conformando às necessidades da reprodução do capital, estão em constante movimento em busca da ampliação seu mercador consumidor — e a mulher por representar pouco mais de 50% da população total do país, passou a ser reconhecida como um grande filão econômico.

a argumentarem na defesa da posição tomada. A presença ativa de professores e professoras no processo didático-pedagógico pode representar um importante instrumento de educação social, de educação para a cidadania ativa, pois, podem contribuir para a compreensão do grupo de alunos e alunas acerca das relações de poder cristalizadas e reificadas em nossa sociedade.

Uma forma eficaz de se atingir estas transformações é contar com a participação dos segmentos não-hegemônicos na definição de políticas. Todo plano de ensino tem, mesmo que não se possa apreender imediatamente, uma política definida. Em geral, quem a define é o professor, em alguns casos é direção da escola, entretanto, só com a participação efetiva de todo o grupo social, inclusive na definição de políticas, é que se consegue empreender uma nova cultura que possa irradiar para além dos muros da escola, que irá refletir na vida dos que convivem com nossos alunos.

É preciso atacar incansavelmente a cultura que oculta a desigualdade, que a naturaliza. Um recurso didático-pedagógico para o ensino dos esportes que se enquadra nesta perspectiva são as chamadas *aulas abertas à experiência*.

Na perspectiva da Concepção de Aulas Abertas a Experiências, a aula em si, enquanto fenômeno social regulamentado, pode sofrer alterações, reinterpretando-se os sentidos e significados destes critérios, regras e normas, vigentes em relação à definição dos objetivos da aula de Educação Física (TAFFAREL, 1993, p. 43).

Este método de ensino não pode ser confundido com aulas *não-diretivas*, ao contrário, o(a) professor(a) deve planejar, organizar discutir e dirigir a reconstrução dos planos com a colaboração de seus alunos e alunas.

Estabelecer acordos de práticas democráticas entre homens e mulheres para o ensino do futebol, significa necessariamente que as meninas devem expor claramente suas dificuldades diante de uma cultura masculinizada. É fundamental, portanto, ressignificar o futebol, buscando democratizá-lo, e para isso será necessária a intervenção dos professores e professoras no sentido de garantir essa prática em igualdade de condições.

O futebol, por ser um esporte de contato corporal, torna possível o choque físico, assim como o basquetebol e o handebol, provocando situações que privilegiam as pessoas com estrutura corporal mais desenvolvida. Há, ainda, no caso do futebol, um agravante, quando comparado aos dois esportes acima citados, no que diz respeito à violência, que é o fato de se utilizar os pés para o controle da bola, ao contrário do basquetebol e do handebol, e terem como meta o gol que está localizado ao nível do chão, diferentemente do basquetebol, cuja meta está localizada a dois metros e setenta e cinco centímetros de altura. Ou seja, o

chute a gol prevê sempre a possibilidade de a bola se chocar contra o corpo dos(as) jogadores(as), o que pode ocasionar contusões e provocar medo entre as participantes pouco a vontade com situações desta natureza.

É exatamente neste ponto que as políticas de ação afirmativa devem atuar. É necessário se criar, com a participação de meninos e meninas ou de homens e mulheres, regras que eliminem as características identificadas com a masculinidade, isto significa restringir, de certo modo, a ação dos meninos para se garantir a ação das meninas. Por exemplo, instituir-se que os meninos não podem roubar a bola das meninas, a não ser por interceptação de passes, já as meninas podem tentar tirar a bola tanto de meninos como de meninas; o chute a gol, pelos meninos, só poderá ocorrer quando o jogador estiver dentro da área de gol, o que certamente diminui os riscos de acidentes.

As restrições impostas à prática do futebol aos meninos deverá ser temporária. Na medida em que os garotos passem a pensar o futebol respeitando as características não só das garotas, mas de todos as pessoas, sejam fortes ou fracos, os que usem óculos, os que são gordinhos, altos ou baixos, enfim, a ressignificação do esporte é que garantirá uma reconstrução permanente da prática do futebol, sempre considerando a participação efetiva de todos os envolvidos, e com as características que lhes são próprias.

O processo de transformação não é mecânico, determinado por forças incontroláveis que se desenvolvem espontaneamente. Ao contrário, é fruto das lutas empreendidas pelos segmentos não hegemônicos que buscam mudar a realidade. Para tanto, o(a) professor(a), como representante destes segmentos, tem de ser atuante, participante, dirigente, especialista e político, que anima, constrói, organiza. A educação transformadora só será possível amanhã se hoje, dentro de uma perspectiva conservadora, introduzirmos elementos de uma educação libertadora (GADOTTI, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta colocar as meninas para jogarem com os meninos, e achar que isso seja co-educação, ou ainda que é uma educação democrática, desmistificadora. Ao contrário, sem nenhuma intervenção mais profunda, que procure alterar significativamente o quadro social dominante, estaremos oferecendo aos meninos e meninas uma educação masculina, visto que toda prática esportiva, principalmente quando se trata de esportes de contato físico, como o futebol, tem como referência a prática que foi construída historicamente, e, portanto, masculina.

Nestas ações didático-pedagógicas, de caráter afirmativo, tem que haver um forte caráter humanizador direcionado ao homem, que ao compreender a natureza das relações desiguais, pode ser sensibilizado, ser tocado pela fragilidade dos segmentos dominados na estruturação das relações de poder.

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema de idéias justificador do presente estado de coisas (SAFFIOTI, 1987, p. 15-16).

É fundamental que uma ação afirmativa tenha a capacidade de gerar efeitos multiplicadores tanto internos como externos. Ou seja, é preciso que as reflexões oriundas das atividades vivenciadas levem os participantes a estabelecerem relações com a realidade, levando-os a mediações mais complexas e sofisticadas acerca das estruturas de poder e as possibilidades de mudanças.

No que diz respeito aos fatores internos, pensamos no próprio ambiente da atividade, da aula, ou do jogo, que significa tornar este ambiente rico em discussões e debates acerca da própria organização social em questão. E quanto aos fatores externos, é perceber os reflexos dos debates, dos novos conhecimentos estruturantes da vida cotidiana, em todas as dimensões da vida da pessoa.

BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, Manuel. **O fim do patriarcalismo:** movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Cap. 4, p. 169-285.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da práxis*. 2 ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1998.

GOELLNER, Silvana V. **Pode a mulher praticar futebol?** In: CARRANO, Paulo C. (Org.). *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 79-93.

OLGIATI, Etti. **As ações afirmativas na Itália e um olhar sobre a Europa**. In: DELGADO, D.; CAPPELLIN, P. e SOARES, V. *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto/Portugal: Portucalense Editora, 1971.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. & ALMEIDA, Suely S de. **Estado e políticas públicas**. In: _____. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. Parte II, capítulo 6, p. 195-216.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Ideologia, ideologias**. In: CHALITA, Gabriel B. I. *Vida para sempre jovem*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 63-81.

TAFFAREL, Celi N. Z. **Concepção de Aulas Abertas em Educação Física**: discussão de pressupostos em relação a fins e objetivos à luz da realidade brasileira. *Motrivivência*, Aracajú/SE: UFSE, Ano IV, n.4, p. 41-47, jun./1993.

Antônio Carlos Vaz

Professor da Universidade Cruzeiro do Sul/SP (UNICSUL)

Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP

Endereço eletrônico: cacau_vaz@yahoo.com.br